



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 15ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS - 2024

1 Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, o
2 Pleno do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, esteve reunido presencialmente
3 no auditório do CES, 4º andar do Prédio Negrinho do Pastoreio, na Av. Borges de
4 Medeiros, 521, para a realização da 15ª Plenária Ordinária. A transmissão está
5 disponível no endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=vfiVdMYH4Qw>

6 Estiveram presentes nesta plenária os(as) seguintes **conselheiros(as) titulares do**

7 **segmento usuário**: **Karina Zuge** (AGADIM), **Elias Valer** (CONIC), **Itamar Santos**

8 (FETAPERGS), **Rubens Raffo** (Fórum ONG AIDS), **Jaime Ziegler** (CUT), **Marlene Hammes**

9 (FEGEST), **Alfredo Gonçalves** (FTMRS), **Francisca Jesus** (FGSM), **Alair Simão** (MNU),

10 **Sérgio Reis** (MST), **Gabriela Cunha** (Marcha Mundial das Mulheres), **Hack Basilone**

11 (NUANCES) e **Natália Fetter** (UBM) **segmento trabalhador**: **Célia Chaves**

12 (SINDEFARS), **Ivete Ciconet** (CRN-2), **Maria Lúcia Schaeffer**

13 (SINDISAÚDE), **Flávio Gomes** (CRMV), **Mônica Thomé**

14 (CREFITO-5), **Lúcia Silveira** (CRESS-10), **Dan Pinheiro** (CRP) e **Alcides**

15 **Miranda** (CEBES) **segmento gestor/prestador de serviços**: **Ana Costa** (SES),

16 **Ângela de Aquino** (SES), **Carolina Gyenes** (SES), **André Lagemann** (Fed. Sta.

17 Casas) e os **suplentes do segmento usuário**: **Daniel Zart** (ACURACAN), **Carolina**

18 **Tavares** (AVICO), **Clarissa Nogueira** (FEGAMEC) **segmento**

19 **gestor/prestador de serviços: Bruno Naundorff**
20 **(SES), Karina Roggia (SES), Shirlei Gazave**
21 **(FEHOSUL). Discutiu-se os seguintes temas em pauta: 1 – Inscrições para assuntos**
22 **gerais; 2 – Informes e expedientes. 3 – “Sensibilização e Conhecimento da Cultura**
23 **da Pessoa Surda e a Língua Brasileira de Sinais como Meio Legítimo de**
24 **Comunicação, e a Obrigatoriedade da Acessibilidade nos Diferentes Espaços” -**
25 **Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS. 4 –**
26 **Aprovação da ata da 14ª Plenária Ordinária; 5 – Aprovação do Regimento das**
27 **Comissões do CES/RS. 6 – Relato das comissões do CES/RS; 7 – Assuntos Gerais.**
28 Estando presentes os Conselheiros (as) Titulares e Suplentes, verificada o quórum, a reunião
29 foi iniciada com a condução do pleno pelo vice-presidente do CES/RS, conselheiro **Itamar**
30 **Santos** que informou ausência da presidente do CES, Inara Ruas, devido a compromisso
31 externos. Em seguida, abriram-se as inscrições para assuntos gerais. **2 – Informes e**
32 **Expedientes:** Foi informado que ainda restam as últimas vagas para o Encontro do Sistema
33 Estadual de Auditoria do SUS, o link para inscrição foi enviado para o e-mail a todos (as)
34 conselheiros (as). **4 – “Sensibilização e Conhecimento da Cultura da Pessoa Surda e a**
35 **Língua Brasileira de Sinais como Meio Legítimo de Comunicação, e a**
36 **Obrigatoriedade da Acessibilidade nos Diferentes Espaços” - Federação Nacional**
37 **de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS;** A apresentação foi conduzida por
38 **Túlio Jahnke**, com interpretação pela coordenadora da Central de Interpretação de Libras
39 (CIL), Alessandra. Túlio propôs um espaço de dialogo e troca de ideias, contextualizando
40 brevemente a história da FENEIS e seu trabalho na promoção dos direitos linguísticos e da
41 cidadania das pessoas surdas na sociedade gaúcha. Durante a apresentação, foram
42 mencionadas legislações de referência, como a Lei estadual nº **13.320**, atualizada até a Lei nº
43 **16.104**, de 27 de março de 2024 (acessibilidade de geral), **Lei federal 10.436/02**, que
44 reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras
45 e outros recursos de expressão a ela associados, **Lei municipal 12.743/20** - Para solicitar a

46 Central de Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e de Guias Intérpretes para
47 Pessoas com Deficiências Auditivas, Surdos e Surdocegos no Município de Porto Alegre, **Lei**
48 **municipal 13.835/24** - Determinando a disponibilização mínima de intérpretes na área da
49 saúde, os seus respectivos treinamentos e habilitação, bem como estabelecendo sanções ao
50 descumprimento do que determina. Quando se fala sobre o reconhecimento da língua, e a
51 importância da aplicação desses dispositivos jurídicos, se pensa de uma forma abrangente,
52 principalmente na saúde, pois o maior obstáculo que uma pessoa surda encontra no acesso ao
53 serviço de saúde é a comunicação. Foram apresentados dados sobre essa população, ainda que
54 reconhecidamente desatualizados e poucos abrangentes. A Central de Interpretação de Libras
55 (CIL) foi apresentada como recurso de acessibilidade, incluindo o uso de tecnologias como o
56 AVATAR e QR CODE como ferramentas de acessibilidade e humanização do atendimento. A
57 diretora regional do FENEIS, **Carolina Sperb**, falou sobre a cultura e identidade da
58 comunidade e de toda a história marcada pela intolerância e estigmatização devido a
59 “deficiência”, solicitou que haja fiscalização efetiva nos espaços, para garantia de acesso a
60 esses direitos assegurados. **Inscrições e manifestações:** O conselheiro **Itamar** perguntou
61 como as pessoas surdas conseguem acessar serviços de urgência, como o SAMU, e quais
62 estratégias poderiam garantir um atendimento eficaz. **Rodrigo Finkelstejn**, assessor técnico
63 do CES/RS, perguntou se há a sensibilidade dos profissionais de saúde para compreender a
64 comunicação quando não há intérprete e qual a fonte de custeio da organização. **Retornos:**
65 Alessandra respondeu que devido à falta de informação, a maioria das pessoas desconhecem a
66 obrigatoriedade de se ter o profissional intérprete nos serviços de saúde, logo, é necessário
67 que essa sensibilização seja feita de modo eficaz com a formação adequada dos profissionais
68 nos estabelecimentos de saúde. Em se tratando dos recursos, são feitos convênios onde são
69 disponibilizados os intérpretes, não se pensando em ganho, mas devido a necessidade de
70 recursos para pagamento dos funcionários, valores são cobrados para cobrir essas despesas.
71 Foi realizada uma demonstração de como ocorre o atendimento por chamada de vídeo de
72 WhatsApp quando o usuário necessita de algum atendimento nos serviços de saúde utilizando
73 a Central de Atendimento em Libras a CIL. **Rubens Raffo** (Fórum Ong Aids), relatou
74 brevemente sua experiência pessoal com familiares surdos e criticou a invisibilidade dessa

75 população. **Alcides Miranda** (CEBES) relatou que a maioria dos trabalhadores(as) de saúde
76 da rede pública não possui no seu processo de formação, orientações para determinadas
77 dificuldades com a população deficiente em geral. Solicitou que o controle social tome essa
78 frente e defina uma resolução cobrando do estado e municípios, a inclusão da disciplina de
79 linguagem de Libras e outras estratégias para possibilitar a garantia dos direitos dessa
80 população nos serviços de saúde e instituições de ensino. **Karina Zuge** (AGADIM) criticou o
81 fato de nunca ter havido intérprete para tradução simultânea nas plenárias do Conselho
82 Estadual de Saúde. **Retornos:** Carolina informou que é obrigatória para todas as
83 licenciaturas a disciplina de libras, porém são somente 30 horas e que é preciso priorizar um
84 processo de formação de qualidade e fluência linguística para esses profissionais e garantir o
85 acesso de intérprete nas instituições de saúde. **Francisca de Jesus** (FGSM) informou a luta
86 para implementação da central de libras na cidade de Pelotas. Descreveu também, a falta de
87 comunicação institucional com a população e os movimentos sociais, perguntando em
88 seguida, como transpor as barreiras de acesso para além da fiscalização e sim que haja uma
89 comunicação efetiva com todos os envolvidos. **Retornos** Foi informado que o FENEIS é
90 conveniado com a prefeitura do município, e que para trabalhar na divulgação da central na
91 FENADOCE, a FENEIS utilizou recursos próprios para garantir que esta atividade ocorresse.
92 Carolina e Túlio explicaram, que a garantia dos direitos mais básicos da comunidade surda, é
93 uma luta complexa e ininterrupta, é necessário um interesse genuíno dos governos. **Clarissa**
94 **Nogueira** (FEGAMEC), perguntou se existem profissionais ativos na área da saúde como
95 médicos e enfermeiros surdos. Túlio respondeu que há profissionais, porém, encontram
96 muitas limitações desde a entrada na universidade, até a procura por empregos no mercado de
97 trabalho. **Hack Basilone** (NUANCES) perguntou sobre as peculiaridades da língua de sinais
98 em outros idiomas, perguntou também, onde encontram-se formações específicas, qual o
99 tempo de formação, níveis e se existem cotas para pessoas com deficiência de acordo suas
100 especificidades. **Retornos** Tulio informou que há quatro níveis de formação na língua de
101 sinais para aprender a se comunicar em libras e não somente interpretar. Informou que há um
102 curso na FENEIS, um curso técnico no IFRS e um bacharelado na UFRGS. Em relação as
103 cotas para pessoas deficientes, Túlio explicou que é uma só para todas as deficiências, e que

104 devido a essa generalização, muitas pessoas com identidades múltiplas e deficiências
105 variadas, não conseguem acessar as instituições de ensino. Túlio fez uma provocação para
106 demonstrar que, apesar de ser uma pessoa surda, ele é oralizado, ao contrário de sua colega
107 Carolina, que mesmo tendo um doutorado na área da educação, ainda encontra diversas
108 barreiras de acesso ao mercado de trabalho por não ser oralizada. **Lucia Silveira** (CRESS)
109 informou que o CES é constituído por entidades diversificadas que foram eleitas de forma
110 democrática, e que é formado por três segmentos: trabalhadores, usuários e gestores-
111 prestadores. Informou que o CES possui um papel muito importante dentro da saúde, como
112 fiscalizar e fazer com o que o SUS funcione, agora que se sabe das diversas violações a essa
113 população, é preciso organizar uma proposta que dê conta dessa situação. **Carolina** explicou
114 que é possível haver uma ação coletiva, onde todos possam contribuir na construção desse
115 documento, que não precisa se guardar conhecimento e sim ser multiplicador. **Itamar**
116 informou que o conselho está aberto para representação da comunidade surda, e que há
117 comissões temáticas que discutem questões inerentes a saúde, e que este local é deliberativo.
118 A FENEIS foi convidada para compor o CES e participar na elaboração da resolução que será
119 encaminhada após sua finalização ao gestor para fazer sua homologação. A comissão que
120 mais se adequa a participação é a atenção básica pois pensa a saúde na sua integralidade.
121 **Karina** solicitou que a FADERS deveria ser o órgão responsável para encaminhar essa
122 questão. Túlio acrescentou que quando se trata de encaminhamentos, é necessário avaliar o
123 que já existe de ações existentes, quais as necessidades reais, quais as outras entidades que
124 compõem esse espaço e que é necessário inclui-los na elaboração dos encaminhamentos.
125 **Itamar** complementou o questionamento do convidado, informando que toda legislação
126 existente será incluída nesta proposta de documento. **Rodrigo** enfatizou a importância de que
127 o encaminhamento seja eficaz, e que precisa ser bem especificado, pois a questão principal, é
128 incluir as ações já existentes, políticas que sejam prioritárias a outras, e a partir dessa
129 demanda, fazer uma pressão jurídica/política para que se saia do papel, solicita que a FENEIS
130 elabore a minuta com as questões que a comunidade entenda como cruciais e seja
131 encaminhado para o CES, posteriormente, serão chamados para se trabalhar todas as
132 entidades que compõem esse coletivo. Finaliza informando que é preciso elaborar um
133 instrumento que seja eficaz e exequível. **Célia Chaves** (SINDEFARS) acrescentou que a

134 resolução nada mais é que um posicionamento político, uma forma de cobrança por parte do
135 controle social para melhorar questões já existentes. **Clarissa** criticou a defasagem dos
136 indicadores dessa população quando já se tem sistemas específicos para monitorar esses dados
137 e que essa questão precisa ser incluída na minuta do documento. **Rodrigo** retificou sua fala,
138 colocando a assessoria técnica do CES a disposição para compor a elaboração do documento.
139 **Hack** informou que a população LGBTQIA+ também se coloca à disposição para o que for
140 necessário. **3 - Aprovação da ata da 14ª Plenária Ordinária:** Foi aberto o regime de
141 votação, sendo aprovada por unanimidade. **4 – Aprovação do Regimento das Comissões**
142 **do CES/RS** – O vice-presidente **Itamar** conduziu a pauta seguinte que tratou sobre a
143 proposta de minuta do regimento das comissões. Houve alguns questionamentos sobre
144 quórum nas reuniões, Rodrigo explanou as normas do regimento interno do CES, em seguida,
145 o regimento foi aprovado com um (1) voto contrário. **5 – Relato das comissões do**
146 **CES/RS: Comissão de IST+** - O coordenador da comissão **Rubens**, Informou a
147 participação das representantes da Ouvidoria do SUS na reunião realizada pela manhã. Na
148 próxima reunião, será discutido com os movimentos sociais, os editais para recursos
149 destinados as IST/AIDS. Foi informado também, a demanda do ambulatório de canoas, que
150 necessita da regularização urgente de três itens básicos para a abertura do serviço, Hack
151 complementou o relato, informando que na ouvidoria, foram realizados somente 100
152 atendimentos com a qualificação dos dados, pois não existe esse tipo de estratificação na
153 abertura dos atendimentos. **Ivete Ciconet** (CRN), integrante da Comissão de Comunicação
154 da 4ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador(a), informou sobre o trabalho que está
155 sendo realizado na divulgação das conferências municipais em conjunto com a comissão de
156 mobilização e formulação. **CEPPICS - Dan Pinheiro** (CRP) relatou a participação do CEAP
157 no trabalho que está sendo feito com os conselhos locais de saúde, e a participação da
158 CEPPICS nacional na reunião da comissão. **Itamar** informou como será a Plenária Estadual
159 dos Conselhos Municipais de Saúde, que será realizada dia 07 de novembro, no Sindicato dos
160 Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Porto Alegre-SINDIPOLO. **CISTT-** Itamar
161 informou que a Comissão elaborou em parceria com assessoria técnica do CES, um
162 formulário que será enviado aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador do estado,

163 para coletar informações que serão utilizadas no diagnóstico situacional. Em seguida, foi
164 informado que a comissão de formulação da 4ª Conferência, reuniu-se com os representantes
165 dos sindicatos dos trabalhadores urbanos e rurais sendo solicitado, que seja feito um
166 diagnóstico contendo as principais demandas sobre a saúde do trabalhador. Comissão de
167 Orçamento e Finanças - Jaime Ziegler (CTB), informou das dificuldades que estão sendo
168 encontradas nos CEREST, como a notificação dos acidentes de trabalho e da importância que
169 o formulário terá na coleta dessas informações, será discutido na próxima reunião da
170 comissão, a análise do Relatório Anual de Gestão 2023 e do segundo Relatório Detalhado do
171 Quadrimestre Anterior de 2023 e 1º de 2024, será apresentado também, o cálculo dos valores
172 de investimentos em saúde do estado. **Encaminhamento:** Elaboração de uma resolução em
173 conjunto com a comunidade surda, que oriente as necessidades da população surda perante os
174 serviços de saúde e educacionais. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, eu, Walessa
175 Marcell Matos Fideles, Residente do Programa Saúde Coletiva - Gestão em Saúde da Escola
176 de Saúde Pública/RS, lavrei a presente ata que após a leitura e aprovação, será assinada pela
177 presidente do Conselho Estadual de Saúde.

178

179



180

181

Inara Beatriz do Amaral Ruas

182

Presidente do CES/RS